

Amanda Guimarães da Cunha
Luiz Magno P. Bastos Jr

DIREITO ELEITORAL
SANCIONADOR

O dever de imparcialidade da autoridade
judicial



tirant
lo blanch

Copyright© Tirant lo Blanch Brasil

Editor Responsável: Aline Gostinski

Assistente Editorial: Izabela Eid

Diagramação e capa: Izabela Eid

CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO:

EDUARDO FERRER MAC-GREGOR POISOT

Presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Investigador do Instituto de Investigações Jurídicas da UNAM - México

JUAREZ TAVARES

Catedrático de Direito Penal da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Brasil

LUIS LÓPEZ GUERRA

Ex Magistrado do Tribunal Europeu de Direitos Humanos. Catedrático de Direito Constitucional da Universidade Carlos III de Madrid - Espanha

OWEN M. FISS

Catedrático Emérito de Teoria de Direito da Universidade de Yale - EUA

TOMÁS S. VIVES ANTÓN

Catedrático de Direito Penal da Universidade de Valência - Espanha

C977 Cunha, Amanda Guimarães da
Direito eleitoral sancionador : o dever de
imparcialidade da autoridade judicial / Amanda
Guimarães da Cunha, Luiz Magno P. Bastos Jr. –
1.ed.- São Paulo: Tirant lo Blanch, 2021.
186 p.

ISBN: 978-65-5908-124-0

1. Direito eleitoral sancionador. 2. Lei de
inelegibilidades. I. Dever de imparcialidade.

CDU: 342.84

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art.184 e §§. Lei n° 10.695, de 01/07/2003), sujeitando-se à busca e apreensão e indenizações diversas (Lei n°9.610/98).



Todos os direitos desta edição reservados à Tirant lo Blanch.

Avenida Brigadeiro Luiz Antonio n° 2909, sala 44.

Bairro Jardim Paulista, São Paulo - SP CEP: 01401-000

Fone: 11 2894 7330 / Email: editora@tirant.com / atendimento@tirant.com

www.tirant.com/br - www.editorial.tirant.com/br/

SUMÁRIO

Agradecimentos	8
Prefácio	9
Lista de abreviaturas	11
Introdução	12
1. Fundamentos do dever de controle de convencionalidade e a interpretação constitucional conforme os Direitos Humanos	18
1.1. O Sistema Interamericano de Direitos Humanos e o status jurídico conferido à Convenção Americana no ordenamento brasileiro	19
1.1.1. As Obrigações decorrentes da adesão ao Sistema Interamericano de Direitos Humanos	27
1.1.2. Os efeitos das decisões da Corte Interamericana sobre os Estados: Res Interpretata e Res Judicata	30
1.2. O controle de convencionalidade	39
1.2.1. A técnica de interpretação constitucional conforme os direitos humanos	49
1.2.2. O princípio interpretativo pro persona como critério solucionador de antinomias	56
2. Direito eleitoral sancionador e poder instrutório da autoridade eleitoral	66
2.1. Reflexões sobre os ilícitos não-criminais e o contencioso eleitoral	68
2.2. Natureza jurídica sancionatória dos ilícitos eleitorais “não-criminais”	82
2.3. Premissas teóricas para a construção de um regime processual aplicável aos ilícitos eleitorais compatível com sua característica sancionatória	97
2.4. Meios de apuração dos ilícitos eleitorais de natureza sancionatória no direito brasileiro e o poder instrutório da autoridade judicial eleitoral	107
3. A garantia convencional do devido processo e a interpretação do art. 23 da Lei de inegibilidades conforme os Direitos Humanos	117
3.1. A garantia convencional do devido processo legal: aplicabilidade das regras definidas no art. 8º da CADH ao direito sancionador	118

3.2. Os fundamentos do Supremo Tribunal Federal para afirmação da constitucionalidade do art. 23 da Lei de inelegibilidades na ADI 1.082	143
3.3. O papel da autoridade judicial no Direito Eleitoral Sancionador e a garantia convencional da imparcialidade	150
3.4. A garantia de imparcialidade para julgamento	155
3.5. Proposta de (re) leitura do art. 23 da Lei de inelegibilidades, em face da preservação dos Direitos Humanos	170
Considerações finais	173
Referências bibliográficas	178
Fontes documentais	182